

ITR – Informações Trimestrais

Forte Securitizadora S.A.

31 de março de 2021

Relatório da Administração

Forte Securitizadora S.A

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Informações Trimestrais da Forte Securitizadora S.A, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 a Companhia emitiu 38 (trinta e oito) séries de CRIs, totalizando o valor de R\$ 157.250 mil.

O resultado líquido obtido pela Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi um lucro líquido de R\$ 1.003.878 (R\$ 238.644 em 2020) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 3.650.021 (R\$ 2.646.143 em 2020).

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young, empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A, ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

À Administração

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

1. Contexto operacional

A Forte Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 2010 e teve o seu registro na JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo efetuado em 25 de novembro de 2010, sob o NIRE nº 35.300.387.619, e registro junto à CVM em 15 de junho de 2011 sob nº 02248-9. A Controladora da Companhia é a Forte Securitização e Participações Ltda. (antiga TForte Participação Ltda.)

O objeto social é caracterizado pelas seguintes atividades: (a) aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e do agronegócio; (b) Aquisição e securitização de créditos hipotecários, créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e/ou créditos do agronegócio; (c) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas, de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e/ou créditos do agronegócio; (d) gestão e administração de carteiras de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, próprias ou de terceiros; (e) Emissão de certificados de recebíveis imobiliários e/ou do agronegócio, bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e/ou do agronegócio; (f) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (g) Prestação de serviços de estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, próprio ou de terceiros; (h) realização de operações de hedge em mercados de derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (i) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social e; (j) consultoria de investimentos para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários e/ou do agronegócio.

A Companhia passou a integrar, desde fevereiro de 2019, o quadro de associados da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Somos ainda aderentes aos Códigos de Ética e de Oferta Pública desta mesma associação.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 destacando a importância de considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, especial atenção foi dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos nossos negócios e/ou às estimativas contábeis à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: mensuração do valor justo, recuperabilidade de ativos e provisões para perda de crédito esperada.

Seguindo as orientações do CFC e da CVM a administração avaliou os impactos e as medidas de monitoramento do COVID-19 e afirma que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2021.

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

2. Apresentação das informações trimestrais

a) Base de apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa 3 às demonstrações financeiras anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que permanecem válidas. As Informações Trimestrais – ITR foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, assim como apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR”.

Estas informações trimestrais não incluem todas as notas e divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações anuais, e, conseqüentemente, as respectivas informações devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações anuais. Com base no julgamento e premissas adotados pela Administração, acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas, estas informações trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações anuais, conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações trimestrais foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações trimestrais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações trimestrais. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2021 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2021.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações trimestrais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 11 - Contratos de seguro

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, e;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, aplicações financeiras representadas por certificados de depósitos bancários e fundos de investimento. As aplicações financeiras estão contabilizadas pelo valor justo por meio do resultado, representado pelo valor de resgate na data base. Tais aplicações estão sendo apresentadas no ativo circulante e são consideradas como equivalentes de caixa uma vez que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do efetivo resgate.

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa	594	473
Depósitos Bancários (i)	72.994	12.352
Depósitos Bancários de Operações em Estruturação ou encerradas (ii)	395.551	405.632
Aplicações financeiras - Fundos Itaú (iii)	2.061.357	956.209
	2.530.496	1.374.666

(i) Corresponde às contas correntes da própria operação da Companhia.

(ii) Corresponde às contas correntes de operações que estão em estruturação e os respectivos saldos serão transferidos para o respectivo patrimônio separado ou já encerradas e que os recursos serão transferidos aos cedentes no encerramento da conta.

(iii) Fundo de investimento administrado pelo Banco Itaú, que aplica em cotas de Fundos de Investimentos (Special Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento). Remuneração anual de 111% da CDI em 2021 (94% em 2020).

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

4. Devedores diversos

	31/03/2021	31/12/2020
Valores a receber dos CRIs	24.341	32.983
Serviços prestados a receber	-	7.520
Adiantamentos (i)	68.347	30.917
Devedores diversos	49.523	54.079
(-) Provisão para perdas de credito esperada	(39.025)	(39.025)
	103.186	86.474

(i) O saldo é composto por adiantamentos realizados por conta e ordem da Forte Securitização e Participações Ltda., controladora da Forte Securitizadora S.A., para constituição de sua investida Star Hub Formação e Eventos Ltda., as quais são consideradas partes relacionadas da Companhia.

5. Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar é formado por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no exercício que serão amortizados do valor total de imposto devido (IRPJ e CSLL) no fim do exercício; de imposto de renda retido na fonte no resgate de aplicações financeiras, de impostos e contribuições retidos no recebimento de serviços prestados que também serão utilizados para amortização o valor dos impostos (IRPJ e CSLL) devidos no exercício; e de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em exercícios anteriores estão sendo utilizados para compensações de impostos devidos no exercício através de Perdcomp (Pedido de compensação).

	31/03/2021	31/12/2020
Antecipação de IRPJ	104.200	-
Antecipação de CSLL	43.948	-
IRRF – Aplicações Financeiras	146.856	-
IRRF – Serviços Prestados	8.066	-
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2016	1.100	1.096
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2018	105.505	202.510
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2019	1.366.167	1.382.661
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2020	1.204.756	1.028.601
Recolhimento a maior a compensar	22.274	160.929
	3.002.872	2.775.797
Circulante	312.000	275.000
Não Circulante	2.690.872	2.500.797

6. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item imobilizado.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

Depreciação	Taxa anual de Depreciação	31 de março de 2021		
		Custos	Depreciação	Liquido
Máquinas e equipamentos	10%	65.591	(20.372)	45.219
Móveis e utensílios	10%	266.384	(82.842)	183.542
Computadores e periféricos	20%	337.145	(160.300)	176.845
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	712.715	(546.312)	166.403
		1.381.835	(809.826)	572.009

Depreciação	Taxa anual de Depreciação	31 de dezembro de 2020		
		Custos	Depreciação	Liquido
Máquinas e equipamentos	10%	63.086	(18.747)	44.339
Móveis e utensílios	10%	266.384	(76.182)	190.202
Computadores e periféricos	20%	337.145	(144.949)	192.196
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	712.715	(510.654)	202.061
		1.379.330	(750.532)	628.798

Bens	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2021
Máquinas e equipamentos	63.086	2.505	-	65.591
Móveis e utensílios	266.384	-	-	266.384
Computadores e periféricos	337.145	-	-	337.145
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	712.715	-	-	712.715
	1.379.330	2.505	-	1.381.835

Depreciação/Amortização	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2021
Máquinas e equipamentos	(18.747)	(1.625)	-	(20.372)
Móveis e utensílios	(76.182)	(6.660)	-	(82.842)
Computadores e periféricos	(144.949)	(15.351)	-	(160.300)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	(510.654)	(35.658)	-	(546.312)
	(750.532)	(59.294)	-	(809.826)

(i) Gastos realizados no imóvel locado para a sede da Companhia em São Paulo, que será amortizado pelo prazo do contrato de locação.

7. Intangível

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais destinados para a sede da Companhia,

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

cujos alugueis são pagos aos arrendatários. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre o arrendador e a Companhia.

A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

Itens	Taxa anual de Amortização	31 de março de 2021		
		Custos	Amortização	Líquido
Softwares e Programas de Computador	10%	76.708	(75.778)	930
Direito de Uso - Aluguel (i)	-	1.605.125	(852.134)	752.991
		1.681.833	(927.912)	753.921

Itens	Taxa anual de Amortização	31 de dezembro de 2020		
		Custos	Amortização	Líquido
Softwares e Programas de Computador	10%	76.708	(75.628)	1.080
Direito de Uso - Aluguel (i)	-	1.605.125	(732.693)	872.432
		1.681.833	(808.321)	873.512

Itens	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/03/2021
Softwares e Programas de Computador	76.708	-	76.708
Direito de Uso - Aluguel	1.605.125	-	1.605.125
	1.681.833	-	1.681.833

Amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortizações	Saldo em 31/03/2021
Software e Programas de Computador	(75.628)	(150)	(75.778)
Direito de Uso - Aluguel	(732.693)	(119.441)	(852.134)
	(808.321)	(119.591)	(927.912)

(i) O direito de uso de aluguel é amortizado pelo prazo do contrato de locação com vencimentos em 2022 e 2023.

8. Contas a pagar

	31/03/2021	31/12/2020
Honorários contábeis a pagar	18.640	22.079
Honorários jurídicos a pagar	510	78.542
Contas a pagar (bens de consumo)	6.823	36.750
Fornecedor de serviços (coordenador líder em operação)	-	100.719
Fornecedor de serviços (TI)	27.432	35.904
Fornecedor de serviços (consultorias)	19.700	50.993
IPTU a pagar	50.636	-
Outras contas a pagar	39.953	36.219
	163.694	361.206

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

9. Obrigações fiscais

	31/03/2021	31/12/2020
Provisão de imposto de renda e contribuição social (a)	508.058	-
Retenções no pagamento de serviços a pessoa jurídica	13.878	27.945
PIS e COFINS a recolher	16.738	5.086
ISS a recolher	83.460	25.336
INSS a recolher	1.411	1.367
IRRF sobre aluguel	9.992	9.992
	633.537	69.726

(a) O saldo da provisão para imposto de renda e provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi apresentado no balanço de 31/12/2020 após a compensação das antecipações realizadas no exercício.

	31/03/2021	31/12/2020
Provisão de imposto de renda	371.984	448.866
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	136.074	170.232
Total das provisões	508.058	619.098
Antecipações de imposto de renda	(104.200)	(567.726)
Antecipações de contribuição social sobre o lucro líquido	(43.948)	(212.301)
Total das antecipações	(148.148)	(780.027)
Saldo de imposto de renda a pagar / (recuperar)	267.784	(118.860)
Saldo de contribuição social sobre o lucro líquido a pagar/ (recuperar)	92.126	(42.069)

10. Outras obrigações

	31/03/2021	31/12/2020
Valores a pagar aos CRIs	1.861	1.862
Disponibilidades de operações a liquidar	-	17
Recursos de operações encerradas	466.578	417.638
Outros credores	3.958	4.206
	472.397	423.723

11. Passivos de arrendamento

Com base nas informações contratuais, apresentamos abaixo a movimentação das obrigações de passivos de arrendamento da Companhia no período:

Obrigações de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	707.918
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(148.419)
Novos contratos de arrendamento	766.934
AVP dos novos contratos de arrendamento	(154.853)

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Baixa de juros acumulados (AVP)	8.503
Saldo em 31 de março de 2020	1.180.083
Saldo em 31 de dezembro de 2020	883.719
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(146.943)
Baixa de juros acumulados (AVP)	21.488
Saldo em 31 de março de 2021	758.264
Curto Prazo	465.133
Longo prazo	293.132

Períodos	Valor
Vencimento até Março/22	465.133
Vencimento até Março/23	257.012
Vencimento até Março/21	36.119

12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou riscos tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. No entanto, cabe ressaltar que alguns Patrimônios Separados apresentam processos em que figuram como corréus (em geral, em casos de distratos de compra e venda de imóveis). Ressalta-se, entretanto, que eventuais perdas, serão arcadas tão somente pelos próprios Patrimônios Separados, não impactando o caixa nem o Balanço da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de março, a Companhia identificou processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 1.185.174 (R\$ 3.585.362 em 31 de dezembro de 2020)

13. Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito é de R\$ 1.584.600 em 31 março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, representado por 1.584.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do

capital social, (b) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM no. 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e de 2020. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro (Prejuízo) básico por ação	31/03/2021	31/03/2020
Numerador:		
Lucro líquido do período	1.003.878	238.644
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	1.584.600	555.000
Lucro Líquido básico e diluído por ação - R\$	0,63	0,43

Não há efeitos de diluição nos períodos apresentados.

14. Receita operacional líquida

	31/03/2020	31/03/2020
Receita de gestão de recebíveis	2.683.612	1.232.400
Receita de break-up	11.538	9.890
(-) PIS	(17.519)	(8.075)
(-) COFINS	(107.806)	(49.692)
(-) ISSQN	(134.155)	(61.728)
	2.435.670	1.122.795

15. Despesas administrativas

	31/03/2021	31/03/2020
Despesa de consumo	(67.522)	(81.198)
Despesas com condomínio	(39.225)	(39.150)
Despesas com bens não imobilizado	-	(12.877)
Despesas com infraestrutura de TI	(280.556)	(274.459)
Despesas com seguros	(5.914)	(10.887)
Despesas com viagens e estadias	(12.759)	(34.135)
Despesas operacionais gerais	(76.715)	(133.670)
Despesas de operações pagas pela Forte Securitizadora	(122.016)	-
Despesas com contribuições de classe	(7.185)	(8.430)
Outras despesas administrativas	(59.220)	(32.472)
Demais despesas administrativas	(651.112)	(603.172)
Despesa com serviços de terceiros	(310.272)	(296.374)
Despesas com impostos e taxas	(20.842)	(26.320)
Despesas com depreciação	(59.294)	(90.455)
Despesas com amortização	(119.591)	(130.860)
Total de Despesas Gerais e Administrativas	(1.161.110)	(1.147.181)

16. Resultado Financeiro

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

	31/03/2021	31/03/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	2.545.373	1.803.861
Atualização monetária de créditos fiscais	21.689	26.362
Descontos obtidos	805	-
Receitas financeiras	2.567.867	1.830.223
Repasse de rendimentos de aplicações financeiras aos patrimônios	(2.303.485)	(1.422.869)
Tarifas bancárias	(5.813)	(5.092)
Multas e Juros	(21.737)	(24.956)
Descontos concedidos	-	(495)
Despesas financeiras	(2.331.035)	(1.453.412)
Resultado financeiro líquido	236.832	376.811

17. Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2021	31/03/2020
Imposto de renda	371.984	82.123
Contribuição social	136.074	31.724
	508.058	113.847

A conciliação dos tributos contabilizados no resultado do período é demonstrada a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes dos impostos	1.511.936	352.491
Base de cálculo IRPJ e CSLL	1.511.936	352.491
Cálculo do IRPJ		
- Alíquota de 15%	(226.790)	(52.874)
- Alíquota de 10%	(145.194)	(29.249)
Cálculo da CSLL		
- Alíquota de 9%	(136.074)	(31.724)
Total do IRPJ e da CSLL	(508.058)	(113.847)

18. Benefícios a Administradores e Empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores.

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

Os benefícios a administradores, caso existente, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados.

19. Instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos são garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

b) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

	Saldo contábil	Fluxo financeiro	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Passivos							
Contas a Pagar (Nota 8)	163.694	163.694	163.694	-	-	-	163.694
Passivos de Arrendamento (Nota 11)	758.264	354.006	322.662	81.599	-	-	758.264

c) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

d) Risco de juros

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários é o CDI. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos Financiamentos decorrentes de arrendamento, os quais estão baseados na variação do IGPM. A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores.

e) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas informações trimestrais de 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia entende que está exposta basicamente à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras. Assim, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes (CDI) para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base (provável) e mais dois cenários crescentes e decrescentes de 25% (alternativo) e 50% (remoto) das variáveis consideradas.

Considerando os níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses, foram utilizados os indexadores apresentados no relatório Focus do Banco Central do Brasil para elaboração do cenário base. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador		Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI		1,87%	2,81%	3,74%	4,68%	5,61%
IPCA		1,99%	2,98%	3,97%	4,96%	5,96%
IGP-M		2,52%	3,78%	5,04%	6,30%	7,56%
Selic		1,75%	2,63%	3,50%	4,38%	5,25%
	Saldo líquido 31/03/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Ativos e passivos líquidos						
CDI	2.061.357	2.092.966	2.108.770	2.124.575	2.140.379	2.156.184
IPCA	-	-	-	-	-	-
IGP-M	(758.264)	(773.934)	(781.768)	(789.603)	(797.437)	(805.271)
TR	-	-	-	-	-	-
Total	1.303.092	1.319.032	1.327.002	1.334.972	1.342.942	1.350.913

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

	31/03/2021	CDI	IPCA	IGP-M	TR	Sem indexador
Caixa e bancos (Nota 3)	469.139	-	-	-	-	469.139
Aplicações financeiras (Nota 3) (*)	2.061.357	2.061.357	-	-	-	-
Recursos de terceiros	1.526	-	-	-	-	1.526
Devedores diversos (Nota 4)	103.186	-	-	-	-	103.186
Total dos ativos com riscos financeiros	2.635.208	2.061.357	-	-	-	573.851
Contas a pagar (Nota 8)	(163.694)	-	-	-	-	(163.694)
Passivos de arrendamento	(758.264)	-	-	(758.264)	-	-
Outras Obrigações (Nota 10)	(472.397)	-	-	-	-	(472.397)
Total dos passivos com riscos financeiros	(1.394.355)	-	-	-	-	(636.091)
Total dos ativos e passivos com riscos financeiros	1.240.853	2.061.357	-	(758.265)	-	(62.240)

(*) Remunerado a 111% da CDI em 2021
(94% em 2020).

g) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado informados em 31 março de 2021 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

- Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- Nível 3 - instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização

Nível da hierarquia	2021	2020
---------------------	------	------

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Ativos			
Equivalentes de caixa (aplicação financeira) - (Nota 3)	2	2.061.357	381.717
Devedores diversos (Nota 4)	2	103.186	118.714
Passivos			
Contas a pagar (Nota 8)	2	163.694	374.175
Recursos de Terceiros	2	1.526	21.831
Passivos de arrendamento (Nota 11)	2	758.264	883.719
Outras Obrigações (Nota 10)	2	472.397	45.285

20. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade para danos pessoais a terceiros e danos materiais a ativos tangíveis, bem como para riscos de incêndio, relâmpagos, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades.

Resumo de seguro por Modalidade	Valor
Seguro Fiança	400.000
Riscos de Engenharia	3.760.000
Responsabilidade Civil Geral	1.400.000
Riscos Nomeados	2.160.000
Garantia	-
D&O	33.000.000
Total em R\$ (Mil)	40.720.000

21. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período encerrado em 30 de junho de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de junho de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos.

Forte Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores em reais)

Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos esse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores.

A Companhia é responsável pela gestão de 57 (cinquenta e sete) patrimônios separados, que totalizam ativos no montante de R\$4.901.383 mil, que são lastro para R\$ 3.331.273 mil em Certificados de Recebíveis Imobiliários.

No trimestre findo em 31 de março de 2021 foram realizadas as seguintes operações:

Em 27 de janeiro de 2021, a Companhia fez a emissão do CRI 409_502 série da 1º Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 29 de janeiro de 2021 no valor de R\$ 23.532 mil.

Em 24 de fevereiro de 2021, a Companhia fez a emissão do CRI 503_506 série da 1º Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 26 de fevereiro de 2021 no valor de R\$ 21.611 mil.

Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia fez a emissão do CRI 507_514 série da 1º Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 01 de março de 2021 no valor de R\$ 34.269 mil.

Em 16 de março de 2021, a Companhia fez a emissão do CRI 519_522 série da 1º Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 18 de março de 2021 no valor de R\$ 10.426 mil.

Em 23 de março de 2021, a Companhia fez a emissão do CRI 515_518 série da 1º Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 26 de março de 2021 no valor de R\$ 16.045 mil.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Forte Securitizadora S/A

Trimestre findo em 31 de março de 2021

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

A Administração

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Forte Securitizadora S/A

Trimestre findo em 31 de março de 2021

Relacionamento com os auditores independentes

Informamos que a companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações trimestrais que não sejam relativos a trabalhos de auditoria.

Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

A Administração